

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 487.707 - PR (2019/0000017-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARLON CORDEIRO
ADVOGADO : MARLON CORDEIRO - PR045063
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : JULIANO PINAFFI TEODORO (PRESO)

DECISÃO

JULIANO PINAFFI TEODORO alega sofrer coação ilegal em seu direito de locomoção, em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**.

Informam os autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do delito previsto no art. 2º, *caput*, c/c § 2º e § 4º, IV, todos da Lei n. 12.850/2013 no âmbito da "Operação Alexandria".

A defesa pede a concessão da ordem de habeas corpus, com a extensão de benefício, ante os fatos apresentados, decisão habeas corpus nº 396.020 - PR (2017/0084222-2) – do Superior Tribunal de Justiça onde tranca a ação penal referente a um dos grupos da operação Alexandria por inépcia da denúncia e a Decisão Liminar - STF / Habeas Corpus 151.610 / 154.594 e 156.667 e demais, onde se reconhece o excesso de prazo, conforme preceitua a legislação, a jurisprudência e doutrina predominante, assim o entendem, expedindo-se a seu favor o respectivo Alvará de Soltura".

Indeferida a liminar, foram os autos enviados ao Ministério Público Federal, que oficiou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 722-732).

Decido.

Consigno que, em 13/11/2018, a Sexta Turma desta Corte Superior, por maioria, ao denegar a ordem nos autos do HC n. 463.228/PR, **afastou a tese de inépcia da denúncia**, a fim de reconhecer a regularidade da exordial acusatória ofertada no âmbito da "Operação Alexandria", nos termos da seguinte ementa:

HABEAS CORPUS. FINANCIAR OU INTEGRAR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PEDIDO DE TRANCAMENTO DO PROCESSO. INÉPCIA DA

DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o trancamento do processo em habeas corpus, por ser medida excepcional, somente é cabível quando ficarem demonstradas, de maneira inequívoca e a um primeiro olhar, a atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria ou a existência de causa extintiva da punibilidade.

2. Por ser a denúncia a petição inicial do processo criminal, com caráter meramente descritivo, deve limitar-se a descrever o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, conforme verificado na espécie, pois a autoria delitiva e a pormenorização da empreitada criminosa só serão elucidadas ao final da instrução processual. Ir além dessa análise, adentrando o juízo de mérito sobre a materialidade e a autoria delitivas, demandaria o exame das provas eventualmente colhidas ao longo da instrução criminal, o que é inviável na via estreita da ação constitucional, dada a necessidade de dilação probatória.

3. A denúncia, após demonstrar o funcionamento da referida organização criminosa, apontou, a partir da análise de documentos apreendidos com integrantes de seu escalão superior, ao menos desde agosto de 2014 e de forma ininterrupta, que o paciente e os demais os denunciados, "dolosamente, em unidade de desígnios entre si, mediante conjugação de esforços voltados ao objetivo comum financiaram e integraram pessoalmente a organização criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC), associação estruturalmente ordenada, caracterizada pela divisão de tarefas cujo objetivo é o de obter vantagens econômicas, monopolizar a atividade criminosa no Estado do Paraná e dominar seu sistema prisional".

4. A exordial acusatória salientou, ainda, que os denunciados empregavam armas de fogo e mantinham conexões com outras organizações criminosas independentes, "atuando de forma nacional [...], sendo relevante destacar que todo integrante do Primeiro Comando da Capital, ocupando ou não função nos quadros de liderança, estando em liberdade ou preso, mantendo ou não contato direto com drogas, armamentos ou praticando crimes violentos, contribui, direta ou indiretamente, para a existência, permanência e

Superior Tribunal de Justiça

funcionamento da organização criminosa e das atividades ilícitas decorrentes, independentemente da posição hierárquica ou função desempenhada".

5. O crime de financiar e/ou integrar organização criminosa – que tem por objeto jurídico a paz pública – é formal e de perigo abstrato, não exigindo a lei que se evidencie o perigo, presumindo-o. Na hipótese de crime de natureza formal, a mera possibilidade de causar dano ao objeto jurídico tutelado dispensa resultado naturalístico e a potencialidade de dano da atividade descrita na denúncia é suficiente para caracterizar o crime em questão.

6. Vale destacar a grandeza e a complexidade da organização criminosa em questão – PCC –, bem como a dificuldade em se obter provas robustas e detalhadas sobre a participação efetiva de cada um de seus integrantes. Todavia, é certo que os autos demonstram a existência de indícios suficientes de autoria, conforme indicam as decisões do Juiz de primeira instância e da Corte local. Ir além dessa análise, adentrando o juízo de mérito sobre a materialidade e a autoria delitivas, demandaria o exame das provas eventualmente colhidas ao longo da investigação criminal, o que é inviável na via estreita da ação constitucional, dada a necessidade de dilação probatória.

7. Habeas corpus denegado.

Ademais, o STJ não tem competência para analisar pedido de extensão de decisão originalmente proferida por outro órgão jurisdicional, máxime do Colendo Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido, *mutatis mutandis*: RHC n. 70.232/RJ, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª T., DJe 12/5/2017; HC n. 71.162/RJ, Rel. Ministro Jorge Mussi, 5ª T., DJe 1º/2/2017; HC n. 20.706/TO, Rel. Ministro Vicente Leal, 6ª T., DJ 19/8/2002.

À vista do exposto, **denego o habeas corpus**, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 1º de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**